

Bancos livres e moeda privada



Por **FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA***

A história mostra que experimentos com bancos livres e moeda privada, de notas bancárias às criptomoedas, fracassam como âncora estável em crises, reafirmando o Estado como fiador essencial da moeda nacional e da regulação prudencial

1.

Bancos livres e moeda privada são tentativas e erros recorrentes em países de economia de mercado de capitais com “espírito” (ou mania) de livre-iniciativa. Por cautela, os *big six banks* (três grandes bancos públicos e três grande bancos privados, sendo dois nacionais e um estrangeiro) constituem um sistema prudente em economia de endividamento bancário e público como a brasileira.

A história do capitalismo registra ciclos recorrentes de tentativas de privatizar a moeda e deixar bancos livres. Eles reaparecem em contextos quando o sistema financeiro está dominado pela volatilidade e risco dos mercados de capitais, com forte presença de títulos privados e elevada liberdade bancária.

Nesses arranjos com *Mark-to-Market* (diante a volatilidade diária nos valores de mercado dos ativos), multiplicam-se experiências como bancos emissores de notas próprias, moedas locais e, mais recentemente, criptomoedas e *stablecoins*. São formas de moeda privada em busca de ocupar o espaço da moeda estatal, quando esta parece instável, politicamente contestada ou tecnologicamente defasada.

Entretanto, esses experimentos raramente se sustentam. A razão é simples: a moeda privada tende a falhar naquilo definidor de uma moeda nacional se tornar o dinheiro aceito por todos – ser a âncora da reserva de valor, a unidade de conta e o meio de pagamentos, disponíveis para todos os clientes (ricos e pobres), especialmente, em crises.

Mercados de capitais são pró-cíclicos: expandem crédito em tempos de euforia com a alta ou “inflação de ativos” e retraem, abruptamente, na turbulência e consequente pânico. Sem garantia pública, as crises bancárias históricas em fases de livre iniciativa monetária geraram destruição patrimonial, falências em cadeia e desorganização dos meios de pagamento.

Foi justamente para conter colapsos bancários desse tipo com moeda privada, potências econômicas como o Reino Unido e os EUA resolveram consolidar os bancos centrais, os seguros de depósitos e as regras prudenciais. Em síntese, quanto mais livre for a moeda, mais instável se torna o capitalismo.

2.

Em países onde o sistema financeiro se estrutura menos em mercado de capitais e mais no crédito bancário (e endividamento público), o pilar central não é a livre concorrência de emissores privados, mas sim grandes bancos

a terra é redonda

universais, fortemente regulados e conectados ao Estado. O caso brasileiro é exemplar: um núcleo de “Big Six” bancos opera sob estrita supervisão do Banco Central, com instrumentos de garantia, regulação de alavancagem e acesso à âncora do sistema: os depósitos à vista denominados em moeda nacional.

Nesse arranjo, o Estado não é apenas regulador porque é também o fiador da liquidez e, via títulos de dívida pública, o fornecedor do lastro da riqueza financeira privada. A hierarquia da moeda é explícita: a moeda nacional está nos ativos e passivos dos bancos e sob o gerenciamento da liquidez online em tempo real, feita pelo Banco Central do Brasil. O Tesouro Nacional, por sua vez, emissor dos títulos de dívida pública, possui o poder soberano de tributar, ou seja, “impor os impostos” (aprovados pelo Congresso Nacional).

A estabilidade monetária torna-se um bem público. As falhas privadas são contidas por operação de redes de segurança: garantias de depósitos, redesconto, atuação anticíclica etc. A gestão do crédito e da liquidez constitui parte da política macroeconômica.

Na prática, não existem sistemas financeiros grandes e complexos capazes de funcionarem sem Estado como emissor e garantidor supremo.

Tensão permanente entre lógica privada e estabilidade sistêmica

Lógica Privada – “Moeda Livre”	Lógica Pública – “Moeda Nacional”
concorrência e inovação financeira	segurança jurisdicional
pró-ciclicidade (bolhas e colapsos)	contraciclo (garantias e liquidez)
fragmentação dos meios de pagamento	reserva de valor, unidade da conta e meio de pagamentos universais
defesa de interesses proprietários	função social da moeda

A busca periódica por mais livre-mercado reintroduz velhas fragilidades financeiras do passado, como no século XIX nos EUA. Já a ênfase excessiva em controle público pode reduzir inovação e inclusão financeira. A política econômica se torna, então, arte de calibrar entre: inovação sem desordem e regulação sem paralisia.

Moeda privada e bancos livres são experimentos cíclicos: retornaram, na GCF 2008, na vã tentativa de reduzir o papel do Estado na finança, inclusive no salvamento de “bancos grandes demais para falir”, mas fracassam ao enfrentar crises sistêmicas. Em economias baseadas em endividamento bancário e público, como a brasileira, seis grandes bancos regulados funcionam como infraestrutura crítica da estabilidade monetária.

3.

a terra é redonda

O desafio contemporâneo é integrar as inovações digitais sem se abdicar da soberania monetária impeditiva de crises destrutivas.

A ideia de “privatizar a moeda” e permitir “bancos livres” está enraizada em teorias econômicas ultraliberais (e irresponsáveis) como as da Escola Austríaca. Defendem um sistema monetário e bancário desregulamentado e competitivo, em oposição ao atual sistema de Bancos Centrais e moedas fiduciárias estatais. Na prática, nunca países adotaram integralmente esse modelo sujeito às bancarrotas – e perda do dinheiro dos depositantes, exigente de muito trabalho para acumular.

“Bancos livres” (*Free Banking*) seria um sistema idealizado, onde os bancos poderiam emitir sua própria moeda (notas bancárias), lastreadas em ativos (ouro, prata ou títulos de dívida pública), sem a necessidade de um Banco Central para gerenciar a liquidez para fixar a taxa de juro básica de referência ou servir como “emprestador de última instância”. A estabilidade viria da competição de mercado e da solvência dos próprios bancos.

Moeda privada refere-se à circulação de moedas emitidas por entidades privadas com risco de insustentabilidade de seu valor. Recentemente, criptoativos como o bitcoin, operando independentemente do controle governamental, configuram a nova “tulipomania”, isto é, o mimetismo em especulação altista, resultante em “choque de demanda contra ativo com oferta dada”.

Embora o modelo puro de bancos livres não tenha sido implementado em escala nacional, existem exemplos históricos com a tentativa de se aproximar dele. Sistemas de *free banking* existiram na Escócia, no Canadá e nos Estados Unidos durante curtos períodos, nos séculos XIX e início do XX. Nesses sistemas, múltiplos bancos emitiam suas próprias notas e competiam entre si. A falta de credibilidade deles é comprovada por historiadores econômicos.

O surgimento das criptomoedas representa a tentativa mais moderna de criar uma forma de moeda totalmente privada e descentralizada, fora do controle de qualquer governo ou Banco Central. Embora sejam amplamente utilizadas para investimento e transações, inclusive pelo crime organizado, elas ainda não substituíram as moedas nacionais como meio de troca principal em nenhum lugar.

No Brasil e em outros países, houve discussões ou ações para privatizar a Casa da Moeda. Ela é responsável pela produção física de cédulas e moedas. Isso não privatiza a moeda em si, porque continua sendo o Real, controlada pelo Banco Central, mas sim o processo industrial de sua impressão. Seria confiável, em mãos privadas, sem plena vigilância? Melhor seria a moeda ser digital e rastreável.

Antes de seu cancelamento, o projeto de criação de uma moeda digital soberana (CBDC) pelo Banco Central do Brasil, seria o oposto da privatização total da moeda. Reconheceria a evolução tecnológica (escritural ou digital) do dinheiro.

Atualmente, a vasta maioria dos países opera com um Banco Central de origem estatal, mas independente para não financiar campanhas eleitorais. Detém o monopólio da emissão de moeda e regula o sistema bancário.

As discussões políticas e econômicas deveriam focar em temas como a autonomia do Banco Central, a regulamentação de criptoativos e a digitalização da moeda nacional. Não deveriam nem pensar na privatização completa da moeda!

***Fernando Nogueira da Costa** é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. Autor, entre outros livros, de Brasil dos bancos (EDUSP). [<https://amzn.to/4dvKtBb>]

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

A Terra é Redonda